

# 10° SIMULADO INÉDITO

PARA 1ª FASE DO XXXII EXAME  
DE ORDEM



**Estratégia**  
OAB

## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- Você terá das 8:00 às 13:00 para responder às questões;
- Nesta edição realizaremos um concurso de bolsas e premiaremos os cinquenta mais bem classificados. Para concorrer, basta preencher o formulário eletrônico até as 13:00 (horário de Brasília). [Clique aqui para acessar a íntegra do regulamento](#).
- O gabarito será disponibilizado [no blog do Estratégia Concursos](#) às 10h do dia 27 de julho de 2020.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-26-07-20>

**Siga as nossas Redes Sociais**

Estratégia OAB no [YouTube](#)

[instagram.com/estrategia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB**

Roserval Júnior

**Questão 1**

Jorge e Renato são amigos há muitos anos. Ambos são advogados e tiveram a ideia de trabalhar juntos, reunindo-se em sociedade profissional. De acordo com o disposto no Estatuto da Advocacia e a OAB, é correto afirmar que

- a) Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia, mas não podem constituir sociedade unipessoal de advocacia.
- b) As procurações passarão a ser outorgadas diretamente à sociedade profissional.
- c) Caso Jorge e Renato sejam sócios da mesma sociedade profissional, não poderão representar em juízo clientes de interesses opostos.
- d) Jorge e Renato não poderão integrar outra sociedade de advogados, nem constituir sociedade unipessoal de advocacia, em hipótese alguma.

**Questão 2**

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é um serviço público e é dotada de personalidade jurídica. De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, está correto afirmar que

- a) O Conselho Seccional tem personalidade jurídica própria e é o órgão supremo da OAB.
- b) O Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados são órgãos da OAB.
- c) O cargo de conselheiro ou de membro de diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e facultativo, sendo considerado serviço público relevante.
- d) A promoção não exclusiva da representação, da defesa, da seleção e da disciplina dos advogados é uma das finalidades da OAB.

**Questão 3**

O advogado João cometeu infração ética e procurou orientações acerca do processo disciplinar. De acordo com o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB

- a) O advogado que sofrer sanção disciplinar poderá requerer reabilitação.
- b) Cabe revisão do processo disciplinar, que pode ser requerida por qualquer advogado.
- c) Compete aos Tribunais de Ética e Disciplina julgar os processos ético-disciplinares em segundo grau.
- d) A competência para processar e julgar o processo de revisão do processo disciplinar é do Conselho Federal.

### Questão 4

Os órgãos colegiados do Conselho Federal da OAB reúnem-se ordinariamente nos meses de fevereiro a dezembro de cada ano, em sua sede no Distrito Federal, nas datas fixadas pela Diretoria. De acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar que

- a) O Presidente ou um quinto das delegações do Conselho Federal pode convocar sessão extraordinária.
- b) Para instalação e deliberação dos órgãos colegiados do Conselho Federal da OAB exige-se a presença de um terço das delegações, salvo em casos de quórum qualificado.
- c) Somente em caso de urgência a ordem dos trabalhos ou da pauta poderá ser alterada pelo Presidente.
- d) a realização da sessão ordinária do mês de julho poderá ser dispensada, desde que mediante prévia deliberação do Conselho Pleno.

### Questão 5

Sanches atuou como advogado da Sociedade “A Prova de Fogo” Ltda. em processo de recuperação judicial. No entanto, até o presente momento, a sociedade não adimpliu com os honorários advocatícios cobrados pelo advogado, e tampouco respondeu às propostas amigáveis para fins de quitação.

Tendo ciência que há cheque emitido pela sociedade empresária em favor do advogado, assinale a alternativa correta.

- a) o cheque emitido pelo cliente em favor do advogado, depois de frustrada a tentativa de recebimento amigável, poderá ser levado a protesto.
- b) o cheque emitido pelo cliente em favor do advogado, independente de frustrada a tentativa de recebimento amigável, não poderá ser levado a protesto, diante do sigilo profissional envolto na relação.
- c) o cheque emitido pelo cliente em favor do advogado não poderá ser levado a protesto, haja vista a vedação legal de recebimento de honorários via cheque ou nota promissória.
- d) o cheque emitido pelo cliente em favor do advogado ser levado a protesto, quando houver tal previsão no contrato de prestação de serviço.

### Questão 6

O Conselho Seccional de São Paulo observou uma grave violação ao Estatuto da OAB pela sua subseção de Vinhedo e pretende intervir diretamente perante a tal situação. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O Conselho Seccional, mediante o voto de dois terços de seus membros, pode intervir na Subseção, quando constatar grave violação ao EAOAB.
- b) O Conselho Seccional, mediante o voto de um terço de seus membros, pode intervir na Subseção, quando constatar grave violação ao EAOAB.
- c) O Conselho Seccional não pode intervir na Subseção, tratando-se de competência exclusiva do Conselho Federal.
- d) Apenas o órgão Especial do Conselho Pleno, mediante o voto de um terço de seus membros, poderá intervir na Subseção, e independente de grave violação ao EAOAB.

### Questão 7

Pedrinho, advogado criminalista, rejeita a realização da defesa criminal de Zeca, preso em flagrante por tentativa de homicídio contra os seus avôs maternos. O advogado criminalista alega que a causa criminal é indigna de defesa. Diante dos fatos expostos, assinale a alternativa correta:

- a) É direito do advogado assumir ou não a defesa criminal, considerando sua própria opinião sobre a culpa do acusado.
- b) Não há causa criminal indigna de defesa, cumprindo ao advogado agir, como defensor, no sentido de que a todos seja concedido tratamento condizente com a dignidade da pessoa humana.
- c) Há causa criminal indigna de defesa, cabendo ao advogado assumir ou não a defesa criminal, com base em sua opinião acerca dos fatos.
- d) É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, quando determinado pelo conselho seccional, a qual está inscrito.

### Questão 8

Quando observado conflito de competência entre determinada Subseção e o Conselho Seccional, tal situação será solucionada pelo

- a) Conselho Federal, com recurso voluntário ao órgão Especial do Conselho Pleno.
- b) Conselho Seccional, com recurso voluntário ao Conselho Federal.
- c) Subseção, com recurso voluntário ao Conselho Seccional.
- d) Conselho Seccional, com recurso voluntário a Diretoria do Conselho Seccional.

---

**FILOSOFIA DO DIREITO**

---

Jean Vilbert

**Questão 9**

Jürgen Habermas, por ter lábio leporino (fenda palatina), teve de fazer duas cirurgias corretivas na infância. Segundo ele, a dificuldade de fala derivada dessa deficiência fez com que percebesse a grande importância da linguagem, da comunicação. Sua teoria da ação comunicativa é considerada a mais democrática doutrina de legitimação das decisões públicas.

Sobre ela, é CORRETO afirmar:

- a) Há uma identificação intrínseca entre legalidade e legitimidade. É da característica da norma aprovada pelo Legislativo ser legal e legítima, ainda que produzida sem consenso, coisa difícil de alcançar.
- b) O debate equitativo é desejável para o consenso social sobre a norma, mas não interfere em sua legitimidade.
- c) O fundamento democrático do Direito se encontra na representatividade democrática, podendo se esgotar na eleição de representantes para legislar no bom interesse do povo.
- d) A legitimidade é resultante do entrelaçamento entre os processos jurídicos e uma argumentação moral que obedece à sua própria racionalidade procedimental.

**Questão 10**

Segundo a teoria tridimensional do direito:

- a) A construção jurídica se constrói por meio de três elementos: evento, preceito e norma.
- b) A análise dos fatos jurídicos prescinde da interação do fato com a validade social.
- c) A norma representa uma solução temporária de uma tensão dialética entre fatos e valores.
- d) O valor se refere ao fator objetivo, dentro do ser, ao passo que o fato se refere ao elemento subjetivo, dentro do dever ser.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Diego Cerqueira

**Questão 11**

Há três anos um casal de estrangeiros mudou-se para o Brasil. Enquanto a mulher é portuguesa, o marido é espanhol. A mudança aconteceu por causa da transferência de Lorenzo (o marido) para a filial da empresa que se localiza em Maceió e, nessa cidade, eles mantiveram residência fixa desde a transferência. Já acostumados com a vida e cultura do Brasil, o casal deseja requerer a nacionalidade brasileira. Eles não têm condenação criminal e ambos possuem a idoneidade moral. De acordo com a Constituição Federal de 1988:

- a) Ambos não preenchem os requisitos constitucionais, sendo exigido para os dois residência por quinze anos ininterruptos.
- b) Ambos preenchem os requisitos constitucionais.
- c) Ambos não preenchem os requisitos constitucionais, sendo exigido para Isabel residência no Brasil por cinco anos ininterruptos e para Lorenzo dez anos.
- d) Isabel preenche os requisitos constitucionais, mas Lorenzo uma vez requerendo a nacionalidade brasileira irá depender de ato discricionário do chefe do Poder Executivo.

**Questão 12**

Em uma aula de Direito Constitucional o professor Diego explicou aos alunos que o Mandado de Injunção tem o objetivo sanar a omissão legislativa, ou seja, a ausência do cumprimento por parte do legislador daquilo que é sua função existencial dentro da estrutura institucional nacional. A partir deste ponto, afirma a Lei 13.300/2016, que recebida a petição inicial, será ordenada a notificação do impetrado sobre o conteúdo da petição inicial, devendo-lhe ser enviada segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, em determinado o prazo, preste as informações. Findo o prazo para apresentação das informações, será ouvido o Ministério Público, que opinará em prazo específico. Já que se tratava de uma aula de revisão, o professor perguntou para os alunos qual seria o prazo de opinião do Ministério Público. Eles responderam corretamente que o prazo seria de:

- a) 3 dias, após esse prazo, os autos serão conclusos para decisão, mesmo que o MP não tenha emitido nenhum parecer.
- b) 5 dias, após esse prazo, os autos só serão conclusos para decisão caso o MP tenha emitido nenhum parecer.
- c) 10 dias, após esse prazo, os autos serão conclusos para decisão, mesmo que o MP não tenha emitido nenhum parecer.
- d) 20 dias, após esse prazo, os autos só serão conclusos para decisão caso o MP tenha emitido nenhum parecer.

### Questão 13

Gabriel, cidadão em pleno gozo dos direitos políticos e Diretor da Associação Comercial de “Y”, ingressou com uma Ação Popular contra uma autarquia municipal. O objetivo dele era suspender o procedimento licitatório para contratação de serviços de limpeza. Alegou na referida ação que o procedimento não teve a devida publicidade, o que acabou frustrando a participação de todos os potenciais concorrentes. Por conta disso houve prejuízo ao interesse público. De acordo com a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- a) o autor deverá comprovar o dano material ao patrimônio público.
- b) a petição inicial será indeferida, visto que as associações não têm legitimidade ativa para a propositura de Ação Popular.
- c) se a ação for julgada manifestamente temerária, o juiz condenará o autor ao pagamento do dobro das custas.
- d) qualquer cidadão poderá habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor.

### Questão 14

Em uma certa palestra realizada no Estado ALFA, um dos ouvintes questionou o professor de Direito Constitucional sobre a competência material atribuída aos estados na Constituição Federal. Além disso, pediu exemplos. O professor prontamente trouxe a possibilidade de o referido Estado explorar direta ou por meio de concessão:

- a) serviços locais de gás canalizado.
- b) potencial energético dos rios situados em seu território.
- c) serviços de transporte rodoviário interestadual.
- d) serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.

### Questão 15

Daniel, prefeito de um município do Estado de São Paulo, decidiu nomear a sua esposa para o exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde. Isso porque, além de médica, ela possui notório conhecimento e uma atuação exemplar. Com base nas informações fornecidas, de acordo com o Supremo Tribunal Federal:

- a) é correto dizer que houve flagrante crime eleitoral pela prática de ato expressamente proibido pelo texto constitucional que viola a impessoalidade.
- b) não é possível afirmar que houve flagrante violação ao princípio da impessoalidade pela prática de nepotismo, pois o cargo de secretário municipal possui natureza política.
- c) é possível afirmar que houve flagrante falta disciplinar pela prática de ato punível com a sanção funcional de afastamento cautelar da função pública.
- d) é correto dizer que houve violação ao princípio da impessoalidade, pela prática do nepotismo, pois o cargo de secretário municipal possui natureza pública.



## Questão 16

Um grupo de deputados federais estava conversando sobre a desnecessidade de promover a recuperação e preservação do meio ambiente. José, também deputado federal, escutou a conversa e explicou aos colegas que a Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Além disso, ele explicou que para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público, algumas ações, como:

- a) realizar uma proteção a fauna e flora, permitindo práticas que relativizem sua função ecológica, se extremamente necessárias para a expansão agropecuária.
- b) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- c) fiscalizar as usinas que operem com reator nuclear, as quais deverão ter sua localização definida em lei municipal, sem o que não poderão ser instaladas.
- d) exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, de forma sigilosa, sem publicidade.

## Questão 17

Priscila, prefeita do município GAMA, no exercício da respectiva competência, editou decreto que feriu direito adquirido de munícipes, previsto na Constituição do Estado BETA. Quanto ao meio jurisdicional adequado para impugnar o ato, é correto afirmar que será cabível uma:

- a) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no Supremo Tribunal Federal.
- b) Representação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado.
- c) Pedir a declaração de inconstitucionalidade ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- d) Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

---

**DIREITOS HUMANOS**

---

Ricardo Torques

**Questão 18**

Até junho de 2019, a população carcerária no Brasil ultrapassava 750 mil presos e alguns, ainda, sem condenação definitiva. Um dos apenados é constituinte do advogado Marcos Vinícius e tem se queixado com frequência das condições enfrentadas. Com base nas Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), pode-se afirmar que:

- a) Presos preventivos devem ser mantidos separados dos condenados, mas não há óbice que os jovens presos sejam postos juntamente com os adultos.
- b) Em relação às acomodações, as Regras de Mandela estabelecem que as celas ou quartos destinados ao descanso noturno não devem ser ocupados por mais de um preso. Onde houver dormitórios, estes deverão ser ocupados por presos considerados capazes de serem alojados juntos, sendo garantida vigilância regular noturna, conforma a natureza do estabelecimento prisional.
- c) O provimento de serviços médicos para os presos é uma responsabilidade do Estado. Os presos devem usufruir dos mesmos padrões de serviços de saúde disponíveis à comunidade, e os serviços de saúde necessários devem ser gratuitos, sem discriminação motivada pela sua situação jurídica. Nas unidades prisionais, com população carcerária acima de 1.000 indivíduos, deve ser garantido serviço de saúde para avaliar, promover, proteger e melhorar a saúde física e mental dos presos.
- d) Em caso de infrações, os presos podem ser submetidos a sanções disciplinares, sendo permitido o confinamento solitário prolongado ou em cela escura ou constantemente iluminada, mas vedada a utilização de castigos corporais ou redução da dieta ou água potável do preso.

**Questão 19**

Os pais de Pedro sempre primaram para que seu filho fosse assíduo às aulas, estudasse previamente e tirasse boas notas. Pedro, de família humilde, recentemente formou-se em Direito e foi convidado a retornar às escolas públicas onde estudou para contar sua trajetória como estímulo às novas gerações. Pedro decidiu, então, que daria enfoque no direito à educação como um direito humano e, para isso, utilizaria o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) como fundamento. Assim, Pedro manifestou-se corretamente quando afirmou que:

- a) Os Estados Partes que assinaram o Pacto reconhecem que toda pessoa tem direito à educação e que esta deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade e do sentido de sua dignidade, além de fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. A educação deve, ainda, capacitar todas as pessoas a participar de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais, étnicos ou religiosos.
- b) A educação primária e secundária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos.

- c) A educação de nível superior deverá tornar-se acessível a todos, com base no mérito de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação imediata do ensino gratuito.
- d) Os Estados Partes, ao assinar o Pacto, comprometeram-se em respeitar a liberdade dos pais de escolher para seus filhos escolas distintas daquelas criadas pelas autoridades públicas. Em razão da laicidade estatal, o Pacto veda que as crianças e adolescentes recebam educação religiosa ou moral.

## DIREITO INTERNACIONAL

---

Vanessa Arns

### Questão 20

Sobre o Direito Internacional Privado, assinale a opção incorreta.

- a) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- b) Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- c) O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- d) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do último domicílio conjugal.

### Questão 21

Sobre os limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, assinale a opção incorreta.

Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:

- a) O réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil
- b) No Brasil tiver de ser cumprida a obrigação
- c) O fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- d) Pessoa jurídica estrangeira figure na parte passiva, ainda que sem agência, filial ou sucursal no Brasil.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

---

Rodrigo Martins

**Questão 22**

Renato da Silva, conhecido como "Renatinho do pó", tem apenas dezesseis anos e trafica entorpecentes, obtendo com isso renda mensal comprovada de R\$ 20.000,00. Após ser regularmente informado pela autoridade policial competente, um Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil efetuou o lançamento do IRPF - Imposto de Renda da Pessoa Física em face de Renato da Silva. Com base nessa hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) O ganho decorrente de conduta tipificada como crime não pode ser tributado.
- b) Renato da Silva, por ser menor de idade, não pode ser sujeito passivo de obrigação tributária, não constituindo renda tributável os ganhos decorrentes de conduta tipificada como crime.
- c) Renato da Silva pode ser sujeito passivo de obrigação tributária, apesar de ser menor de idade, não constituindo renda tributável os ganhos decorrentes de conduta tipificada como crime.
- d) Renato da Silva pode ser sujeito passivo de obrigação tributária, apesar de ser menor de idade, constituindo renda tributável os ganhos decorrentes de conduta tipificada como crime.

**Questão 23**

O Município de São Bernardo do Campo irá editar duas leis. A primeira antecipará a data de vencimento da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar, do dia 30 para o dia 10 do mês seguinte ao da prestação do serviço, e a segunda reduzirá a quantidade de parcelas para o pagamento do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, de 10 para somente 3 parcelas. Sobre a hipótese, é correto afirmar, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que:

- a) As duas leis não se sujeitarão ao Princípio da Anterioridade Anual e ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- b) As duas leis se sujeitarão ao Princípio da Anterioridade Anual e ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- c) A primeira lei se sujeitará ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- d) A segunda lei se sujeitará ao Princípio da Anterioridade Anual.

### Questão 24

O Presidente da República, representando a República Federativa do Brasil, celebrou tratado internacional com a China e com o Japão, visando à implementação, no Brasil, de serviços voltados à construção de ferrovias. Uma das cláusulas desse tratado prevê a isenção de todos os impostos incidentes na operação de construção de ferrovias, dentre os quais se encontra o ISS - Imposto sobre Serviços, de competência dos Municípios. Sobre a hipótese, é correto afirmar que esse tratado é:

- a) inconstitucional, pois é vedado à União instituir isenção de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- b) inconstitucional, pois somente por meio de Lei Complementar poderia a União conceder isenção de tributos Municipais.
- c) constitucional, pois, de acordo com a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre tributação, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos de votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Emendas Constitucionais.
- d) constitucional, pois o Presidente da República, representante da República Federativa do Brasil, pessoa jurídica de direito público externo, pode celebrar tratados e convenções internacionais sobre Direito Tributário, inclusive que tenham por objeto a concessão de isenção de tributos Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal.

### Questão 25

O Prefeito do Município de Quixeramobim decidiu, por questão de equidade, não realizar o lançamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento prevista em lei para os proprietários de bares e restaurantes da cidade, já que tais estabelecimentos ficaram fechados durante quatro meses, por determinação normativa, durante a pandemia ocasionada pela Covid-19. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) A equidade pode ser utilizada pelo Prefeito para deixar de realizar o lançamento de tributo previsto em lei para um grupo de contribuintes que foram impedidos de exercer suas atividades durante determinado período.
- b) Uma das características do lançamento tributário é a discricionariedade, de modo que cabe ao Prefeito exercer o juízo de conveniência e oportunidade para a realização do ato.
- c) A equidade não pode resultar na dispensa do pagamento de tributo devido, previsto em lei.
- d) como a Taxa de Fiscalização de Funcionamento é lançada de ofício, o Prefeito tem competência constitucional para desonerar, com base na equidade, os contribuintes que perderam a capacidade contributiva.

**Questão 26**

Após várias semanas de internação, José dos Santos infelizmente faleceu em razão da Covid-19, em leito de hospital localizado no Município de Santo André, no Estado de São Paulo. Em razão do óbito os seus parentes contrataram dois diferentes serviços: o serviço funerário (preparação do cadáver etc.) e o serviço de transporte do corpo para o Município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, onde José dos Santos será sepultado, atendendo à sua vontade. De acordo com a hipótese descrita, é possível identificar a incidência do seguinte tributo sobre os serviços contratados:

- a) ISS.
- b) ICMS.
- c) ISS e ICMS.
- d) CIDE.

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

Igor Maciel

**Questão 27**

Rafael foi aprovado em concurso público do Ministério da Economia para o cargo de analista de relações institucionais, iniciando a carreira no primeiro nível hierárquico.

Excelente profissional de carreira na iniciativa privada, Rafael possui experiência de gestão na área, trouxe para a iniciativa pública algumas ideias possíveis de ser aplicadas na rotina do Ministério.

Em razão disso, Rafael decidiu que não deveria cumprir os comandos determinados por seus superiores na estrutura administrativa, porque acreditava que os respectivos direcionamentos eram contrários ao princípio da eficiência, apesar de serem ordens legais.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) Rafael possui total liberdade de atuação, não precisando se submeter aos comandos de seus superiores hierárquicos, em observância ao princípio da eficiência.
- b) A liberdade de atuação de Rafael é pautada somente pelo princípio da legalidade, não cabendo, dentro da estrutura da Administração Pública, o escalonamento hierárquico de competência.
- c) Rafael deve obediência às ordens legais de seus superiores, em razão da relação de subordinação decorrente do poder hierárquico.
- d) Somente os superiores hierárquicos poderão realizar o controle finalístico das atividades de Rafael, não cabendo qualquer outro tipo de direcionamento funcional.

### Questão 28

Natanael é médico em um hospital estadual e, após três anos de efetivo exercício, foi aprovado em concurso público para o cargo de médico em um hospital municipal, em turno diverso daquele em que já desempenha suas funções.

A partir da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Natanael não pode acumular os cargos em comento, pois exerce atividade técnica privativa de profissionais de saúde, regulamentada como detentora de dedicação exclusiva.
- b) Natanael pode acumular ambos os cargos, uma vez que não existe, no ordenamento jurídico, vedação à acumulação de cargos ou de empregos públicos.
- c) A acumulação de cargos por Natanael não é viável, sendo cabível somente quando os cargos pertencem ao mesmo ente da Federação.
- d) Natanael poderá acumular ambos os cargos, desde que haja compatibilidade de horários entre eles.

### Questão 29

Renato e Álvaro se inscreveram para participar de um concorrido concurso público. Os amigos, então, combinaram que trocariam respostas dentro do banheiro do local de prova, durante a aplicação do concurso, para que, assim, pudessem acertar o maior número de questões possível.

A referida fraude somente foi descoberta após o ingresso de ambos nos respectivos cargos, pois apesar de ocorrer extensa investigação policial e administrativa, não foi identificada, na época do certame, a participação de agentes públicos no esquema.

Descoberta a fraude, Renato e Álvaro foram destituídos de seus cargos.

Acerca dos atos cometidos por Rafael e Álvaro, bem como suas consequências, considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa correta.

- a) Renato e Álvaro não praticaram qualquer ato de improbidade administrativa, uma vez que, no momento da fraude, ambos ainda eram considerados pessoas estranhas à Administração Pública, além de não obterem, durante a execução do ato ilícito, qualquer auxílio de servidores públicos.
- b) Renato e Álvaro frustraram a licitude de concurso público, atentando contra os princípios da Administração Pública, e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
- c) Renato e Álvaro causaram prejuízo ao erário, consistente nos salários pagos indevidamente e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.
- d) Renato e Álvaro enriqueceram ilicitamente, uma vez que receberam salários indevidos durante o período compreendido entre a posse e a destituição e, por isso, devem responder por ato de improbidade administrativa.

### Questão 30

Milton, servidor efetivo do Ministério da Educação, entende que completou os requisitos para se aposentar no serviço público.

Assim, requereu, por via administrativa, a concessão da referida aposentadoria ao órgão competente.

Contudo, o requerimento foi negado pelo órgão responsável, através de despacho genérico e desfundamentado.

Não satisfeito com a decisão, Milton interpôs recurso administrativo.

- a) Milton somente poderá alegar questões atinentes à vícios procedimentais vinculados à decisão administrativa, como a incompetência da autoridade que proferiu o despacho, sendo vedado o reexame do mérito da questão apreciada.
- b) O recurso e todos os atos subsequentes praticados pela Administração no âmbito do processo administrativo, em regra, devem apresentar forma determinada.
- c) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar, encaminhará o apelo à autoridade hierarquicamente superior.
- d) O recurso, salvo disposição legal diversa, tramitará por, no mínimo, três instâncias administrativas, devendo a estrutura espelhar-se na divisão de competências comumente aplicada aos órgãos jurisdicionados.

### Questão 31

Todos os dias, ao caminhar para a casa de sua mãe, Luisa atravessa uma área em obras, que está interdita há meses pela empresa contratada pelo Município, para a manutenção preventiva da estrutura de uma ponte.

Um dia, por desatenção de um dos funcionários que trabalhava no local, uma placa de metal se desprende da construção e acertou em cheio Luisa, deixando-a em coma por cinco meses.

Nesse caso,

- a) a empresa contratada e o Município respondem solidariamente, com base na teoria do risco integral.
- b) Luisa, ao burlar a interdição da área, corroborou para que fosse excluído em definitivo o nexo de causalidade entre a obra e o dano, inexistindo qualquer dever de reparação no caso concreto.
- c) ainda que a empresa contratada pudesse ser responsabilizada, esta responsabilidade deverá ocorrer de forma atenuada, tendo em vista a culpa concorrente de Luisa, que desrespeitou o aviso de interdição e invadiu, conscientemente, o terreno em obras.
- d) a empresa contratada de forma objetiva, não sendo possível a aplicação de qualquer excluyente ou atenuante na responsabilidade.



**Questão 32**

O município X editou lei específica criando uma pessoa jurídica para integrar a Administração pública indireta, a fim de administrar as aposentadorias do regime próprio de previdência dos seus servidores municipais. A partir da situação apresentada, conclui-se que o Município criou uma

- a) autarquia, pessoa jurídica de direito público que pode prestar serviços públicos.
- b) fundação, pessoa jurídica sujeita ao regime jurídico de direito privado ou de direito público, conforme possua ou não finalidade lucrativa.
- c) sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito público, cuja finalidade deve ser obrigatoriamente a prestação de serviços públicos.
- d) empresa pública, sujeita ao regime jurídico de direito privado, à qual não é permitida a exploração de serviços públicos.

---

**DIREITO AMBIENTAL**

---

**Roserval Júnior****Questão 33**

O empreendedor Paulo quer construir uma indústria de móveis. Procurou seu advogado para saber se nesse caso haverá necessidade de licenciamento ambiental e compensação ambiental. Acerca da compensação ambiental, instrumento previsto pela Lei nº 9.985/2000, é correto afirmar que

- a) O instrumento obriga o empreendedor a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos que causem qualquer nível de impacto ambiental.
- b) Caso empreendimento afete uma unidade de conservação específica, a unidade afetada poderá ser uma das beneficiárias. Se apenas sua zona de amortecimento for atingida, não haverá a compensação ambiental.
- c) Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, vedada a criação de novas unidades de conservação.
- d) Compete ao órgão ambiental licenciador definir as UCs a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor.

### Questão 34

O Governo Federal pretende construir uma ferrovia interligando 4 estados brasileiros. As obras ferroviárias incluirão a ampliação ou construção dos ramais ferroviários; construção de pátios de manobras, transbordo e cruzamento; e a construção de terminais de carga, descarga e transbordo, cujos produtos não sejam classificados como perigosos pela legislação vigente.

Neste caso, a competência para o licenciamento ambiental seria:

- a) dos 4 estados, que deverão atuar de forma conjunta.
- b) da União.
- c) dos Municípios envolvidos.
- d) da União, dos estados e dos Municípios cortados pela ferrovia.

## DIREITO CIVIL

---

Paulo Sousa

### Questão 35

Verificando a condição culturalmente baixa de Júlio, feirante em uma cidade do interior de Goiás, Guilherme adquire sua fazenda por R\$ 80.000,00, quando o valor de mercado era o de R\$ 200.000,00.

Ocorre que, no momento da venda, Júlio passava por grande necessidade financeira, logo, aceitou de bom grado a oferta de Guilherme.

Essa situação caracteriza

- a) erro por parte de Júlio, em função de sua inexperiência e premente necessidade, anulando-se o negócio jurídico, sem convalidação por se tratar de erro substancial.
- b) estado de perigo, pela premente necessidade de Júlio, que o fez assumir prejuízo excessivamente oneroso, anulando-se o negócio jurídico, sem possibilidade de convalidação.
- c) dolo de oportunidade por parte de Guilherme, anulando-se o negócio jurídico por ter sido a conduta dolosa a causa da celebração do negócio jurídico, podendo este ser convalidado somente se for pago o valor correto, de mercado, pelo imóvel.
- d) lesão, pela manifesta desproporção entre o valor do bem e o que foi pago por ele, em princípio anulando-se o negócio jurídico, salvo se for oferecido suplemento suficiente por Guilherme, ou se este concordar com a redução do proveito.

### Questão 36

Pedro trabalha há vinte e sete anos como caseiro em uma casa de veraneio no litoral, tendo sido contratado pelo proprietário para cuidar da segurança e da manutenção da propriedade. Ele reside no próprio local de trabalho, em uma casa cedida pelo proprietário para a sua moradia e da sua família. Com base nessas informações, Pedro

- a) não tem a posse nem a propriedade da chácara, mas somente a sua detenção.
- b) tem a posse pro labore de toda a propriedade.
- c) é proprietário da chácara.
- d) tem a posse precária da propriedade.

### Questão 37

Thiago, empregado de uma transportadora, dirigia o caminhão da empresa, a fim de realizar a mudança de determinado cliente, quando, enquanto utilizava o celular no volante, atropelou Rebeca, que acabou por ficar em coma por alguns meses. Na situação apresentada, de acordo com o Código Civil, a transportadora responde

- a) solidariamente com Thiago pelos danos materiais causados a Rebeca, mas subsidiariamente a ele pelos danos morais, independentemente de culpa em qualquer dos casos.
- b) solidariamente com Thiago pelos danos causados a Rebeca, independentemente de culpa.
- c) solidariamente com Thiago pelos danos causados a Rebeca, somente se tiver procedido com culpa in eligendo.
- d) subsidiariamente a Thiago pelos danos causados a Rebeca, somente se tiver procedido com culpa in eligendo.

### Questão 38

Juliana, em 2005, recebeu de seu pai, Jeferson, em comodato, um apartamento para morar até que se casasse. Em 2010, Juliana começou a namorar Cláudio que, após três anos de intenso relacionamento, a pediu em casamento.

Em meados de 2016, passados dois anos do casamento de Juliana, seu pai, proprietário do apartamento, pediu para a filha lhe devolver o imóvel, alegando que cessara a condição para que Juliana continuasse residindo no local.

Juliana, por sua vez, negou-se a devolver o imóvel, alegando ser bem de família.

O vício existente na posse de Juliana e a condição para o convalidamento da posse são, respectivamente,

- a) precariedade e posse injusta.
- b) clandestinidade e posse justa.
- c) precariedade e não convalidamento, pois a precariedade, em regra, não cessa.
- d) clandestinidade e não convalidamento por ser a posse injusta.

### Questão 39

Em razão de mútuo oneroso, Joel devia a Taís a importância de trinta mil reais. No intuito de ajudar o irmão em dificuldade, Leonardo assumiu para si a obrigação de Joel, para o que houve expressa anuência de Taís.

Nesse caso,

- a) Joel ficará exonerado da dívida, salvo se Leonardo, ao tempo da assunção, fosse insolvente e Taís ignorasse essa sua condição.
- b) Leonardo poderá opor a Taís as exceções pessoais que competiam a João.
- c) se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito de Joel, sem nenhuma garantia, independentemente de quem a tenha prestado.
- d) preservam-se as garantias especiais originariamente dadas a Taís por Joel, independentemente do assentimento dele.

### Questão 40

Pietra e Bruna celebraram contrato de compra e venda de uma motocicleta, pactuando que o valor a ser pago por Bruna seria fixado por Felipe, o qual, por sua vez, recusou-se formalmente a participar da negociação.

Nesse caso, o contrato

- a) é nulo de pleno direito, pois é vedado atribuir a terceiro a fixação do preço em contrato de compra e venda.
- b) é nulo de pleno direito, pois só se admite atribuir a terceiro a fixação do preço em contratos de compra e venda de coisas fungíveis.
- c) era válido por ocasião da celebração, mas a recusa de Fernando o tornou inválido.
- d) é válido, mas ficará sem efeito por conta da recusa de Fernando, salvo se Patrícia e Beatriz designarem outra pessoa para fixar o preço.

### Questão 41

Natanael tem 17 anos e é estudante universitário. Possui deficiência psicomotora permanente e, por essa razão, não consegue exprimir sua vontade de forma clara e inteligível.

De acordo com o que dispõe o Código Civil, Natanael é

- a) totalmente capaz, vez que obteve êxito em ingressar em um curso superior.
- b) relativamente incapaz em relação a todas as situações indicadas.
- c) pelas circunstâncias, absolutamente incapaz em relação a todas as situações narradas.
- d) relativamente incapaz em relação à idade; absolutamente incapaz em relação à deficiência física permanente.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**Questão 42**

Desde muito jovem, Rodrigo interessou-se pelos direitos das crianças e dos adolescentes pois sua mãe, Rosália, participava de uma ONG que prestava auxílio para os menores em situação de rua. À medida que foi crescendo, Rodrigo conheceu o Conselho Tutelar de sua cidade e decidiu, ao completar 22 anos, candidatar-se a membro. Com base nessa breve narrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Considerando que o Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, um dos requisitos a serem preenchidos por Rodrigo é a formação na área jurídica.
- b) O Conselho Tutelar é composto por até 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, inadmitida a recondução.
- c) Se eleito, o exercício da função de conselheiro, serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral a Rodrigo.
- d) A função de conselheiro assegura remuneração, gozo de férias anuais remuneradas e acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina. A cobertura previdenciária, por sua vez, não está elencada como um direito assegurado ao conselheiro.

**Questão 43**

Ana Júlia é estagiária no escritório modelo / núcleo de prática jurídica de sua faculdade e observou que grande parte da demanda se refere a causas trabalhistas, consumeristas e envolvendo crianças e adolescentes. Certo dia, Ana Júlia participou de uma orientação jurídica a uma jovem mãe que estava decidida a entregar seu filho, assim que nascesse e ainda na maternidade, a um casal que demonstrara interesse em adotá-lo. Sobre a situação apresentada, é correto afirmar que:

- a) Havendo acordo entre a gestante / mãe e o casal, não há qualquer óbice à entrega direta do filho logo após o parto.
- b) Se, além da entrega, a mãe receber valor por seu filho, tal conduta configurará infração administrativa, cuja pena não atingirá o casal de adotantes.
- c) A entrega irregular do filho ao casal não constitui hipótese de perda do poder familiar, mas mera irregularidade.
- d) Ao manifestar interesse em entregar o filho para adoção, a gestante / mãe deverá ser ouvida por equipe interprofissional e deverão ser considerados, inclusive, os efeitos do estado gestacional e puerperal.

---

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

---

Igor Maciel

**Questão 44**

Nathália e Rafael compraram um pacote de viagem para comemorar o aniversário de namoro no Marrocos. Porém, o trajeto do voo possuía conexão na Turquia, que exigia visto de trânsito, o que não foi informado pela agência no momento da compra.

A situação gerou o impedimento do embarque, ainda no Brasil, uma vez que o casal não tinha o visto exigido no momento da viagem.

Após perderem a viagem, o casal procurou a agência de turismo. A agência, por sua vez, informou que não se responsabilizava pela informação de necessidade de visto para a realização da viagem.

Diante do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Houve culpa exclusiva da empresa aérea que emitiu os bilhetes de viagem e não da agência de turismo que vendeu o pacote, por ser o comerciante responsável subsidiariamente e não responder diretamente pelo fato do serviço.

b) Não há como caracterizar supostos danos extrapatrimoniais, por se tratar de pessoas que tinham capacidade de leitura e compreensão do contrato, sendo culpa exclusiva das próprias vítimas a interrupção da viagem, por desconhecerem a necessidade de visto de trânsito para realizarem a conexão internacional.

c) Não houve danos materiais a serem ressarcidos, uma vez que Nathália e Rafael sequer embarcaram, situação muito diferente de terem de retornar, às próprias expensas, diretamente do país de conexão, interrompendo a viagem durante o percurso.

d) Cabe ação de reparação por danos extrapatrimoniais, em razão da insuficiência de informação clara e precisa, que deveria ter sido prestada pela agência de turismo, no tocante à necessidade de visto de trânsito para a conexão internacional prevista no trajeto.

## Questão 45

A Construtora Z inaugurou, em um mega evento publicitário, um condomínio edilício na cidade A, totalmente tecnológico e de alto padrão.

A proposta fez tanto sucesso que, em apenas 3 meses, todas as unidades foram vendidas.

A Construtora Z apresentou o empreendimento como revolucionário. Prometia a integração tecnológica da área de lazer e garantia a utilização de material de primeira linha na construção.

Porém, por conta de alguns imprevistos, a Construtora Z somente entregou o empreendimento dois anos após o prazo originário, além de se abster de pagar qualquer verba indenizatória aos compradores pela mora, visto que o contrato previa exclusão de cláusula penal.

Além disso, ao realizar a vistoria técnica, alguns proprietários perceberam que a qualidade do material utilizado na obra não era a mesma prometida quando da venda dos imóveis.

Nesse caso, à luz do Código de Defesa do Consumidor, cabe

- a) ação individual ou coletiva, em razão da propaganda enganosa evidenciada pela não utilização dos materiais prometidos na construção do empreendimento.
- b) ação individual ou coletiva, em busca de ressarcimento decorrente da demora na entrega; contudo, não se configura, na hipótese, propaganda enganosa, mas apenas inadimplemento contratual, sendo viável a exclusão da cláusula penal.
- c) ação coletiva, somente, haja vista que cada adquirente, individualmente, não possui interesse processual decorrente da propaganda enganosa.
- d) ação individual ou coletiva, a fim de buscar tutela declaratória de nulidade do contrato, inválido de pleno direito, por conter cláusula abusiva que fixou impedimento de qualquer cláusula penal.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**Questão 46**

No atual cenário brasileiro, não há dúvidas de que a figura do empresário é devesas importante para a economia, desde a importância no que diz respeito a geração de empregos, até o pagamento de tributos e circulação de produtos, serviços e moeda no País. Sobre a figura do empresário no Brasil, qual alternativa está de acordo com o Código Civil brasileiro?

- a) Ainda que representado ou assistido, o incapaz não pode continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- c) Caso venha a admitir sócios, o empresário individual não poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, devendo encerrar suas atividades como empresário individual e abrir posteriormente a sociedade empresária.
- d) Não há tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural.

**Questão 47**

Os cônjuges podem contratar entre si sociedade,

- a) independentemente do regime de casamento adotado.
- b) desde que não tenham casado no regime de separação de bens, seja este obrigatório ou voluntário.
- c) em nenhum caso, independentemente do regime de casamento adotado.
- d) desde que não tenham casado no regime de comunhão universal de bens ou no de separação obrigatória.

**Questão 48**

De acordo com o Código Civil, a empresa individual de responsabilidade limitada

- a) deverá ter seu nome formado pela inclusão da expressão “EIRELI” antes da firma ou da sua denominação social.
- b) será constituída por dois ou mais sócios, porém apenas a um deles caberá o exercício da atividade constante do objeto social, sob sua exclusiva responsabilidade.
- c) será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não poderá ser superior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- d) poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.



### Questão 49

Modalidade de sociedade na qual a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes. A este tipo de sociedade se dá o nome de:

- a) Sociedade em conta de participação.
- b) Sociedade em comum.
- c) Sociedade personificada.
- d) Empresa individual de responsabilidade limitada.

### Questão 50

São características da sociedade cooperativa:

- a) Variabilidade, ou dispensa do capital social.
- b) Valor da soma de quotas do capital social que cada sócio poderá tomar será ilimitado.
- c) Transferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- d) Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, com limitação de número máximo.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

### Questão 51

Priscila vendeu seu carro ao amigo Thyago em 36 parcelas mensais. As primeiras parcelas foram pagas antes do vencimento e Priscila estava feliz com o negócio realizado. Com o passar do tempo, Thyago começou a atrasar o pagamento, a não atender suas ligações, nem responder suas mensagens. Priscila tentou conversar com Thyago de várias formas, mas não obteve sucesso. Assinale a alternativa que aponta corretamente o juízo competente para conhecer da ação caso Priscila decida demandar Thyago judicialmente:

- a) caso morem em cidades diferentes, mas do mesmo Estado, Priscila poderá optar pelo foro de seu domicílio ou do domicílio de Thyago.
- b) se Thyago tiver mais de um domicílio, Priscila deverá propor a ação no foro onde foi realizada a compra e venda.
- c) em regra, a ação será proposta no foro de domicílio de Thyago; caso seu domicílio seja incerto, poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio de Priscila.
- d) será competente o foro de situação da coisa.

## Questão 52

O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADPF 54, versando sobre a antecipação do parto de feto anencéfalo, buscando a participação de diversos setores sociais e a democratização da decisão, permitiu que vários órgãos e entidades participassem como *amicus curiae*. O Código de Processo Civil regulamenta tal intervenção de terceiros e prevê que:

- a) A participação do *amicus curiae* fica condicionada ao requerimento das partes, sendo vedada a manifestação do próprio terceiro que deseja contribuir com o tema.
- b) Eventualmente, a depender da natureza do órgão ou entidade que atuará como *amicus curiae*, ocorrerá a alteração da competência.
- c) O *amicus curiae*, em regra, gozará dos mesmos direitos, deveres e poderes que as partes.
- d) O *amicus curiae* detém legitimidade recursal para opor embargos de declaração e para recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

## Questão 53

Daniel e José são amigos de infância e sempre demonstraram uma grande habilidade conciliatória: eram eles que apaziguavam os times, resolviam as brigas nos jogos de tabuleiro... Cresceram e não perderam tal capacidade de ouvir as partes e ajudá-las a resolver seus impasses. Logo depois que se formaram, Daniel e José foram inscritos no cadastro do tribunal regional federal. Considerando a situação exposta, pode-se afirmar que:

- a) Daniel, como conciliador, deverá atuar preferencialmente nos casos em que há um vínculo anterior entre as partes e procurará auxiliar os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito.
- b) José, enquanto mediador, deve buscar que os interessados reestabeleçam a comunicação e, assim, possam identificar, por si próprios soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.
- c) Daniel e José ficam impedidos, pelo prazo de 3 (três) anos, contados do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
- d) Caso José divulgue fatos ou elementos oriundos da mediação realizada, o juiz poderá afastá-lo de suas atividades por até 1 (um) ano.

### Questão 54

Em regra, os atos processuais são públicos, mas o Código permite que alguns processos tramitem em segredo de justiça. Assinale uma alternativa alinhada às previsões legislativas:

- a) As ações que versem sobre arbitragem tramitarão em segredo de justiça, desde que a confidencialidade estipulada seja comprovada perante o juízo. O cumprimento de carta arbitral, por sua vez, não tramitará em segredo de justiça.
- b) Maria, parte em uma ação de divórcio, não poderá pedir certidões dos atos processuais, sendo tal direito restrito ao seu procurador.
- c) João e Ana, partes em uma ação de dissolução de união estável e de guarda dos filhos, podem consultar os autos do processo livremente.
- d) Mário, terceiro que não demonstrou seu interesse jurídico, poderá requerer certidão do dispositivo da sentença, ainda que os autos corram em segredo de justiça.

### Questão 55

A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Sobre esse importante ato, assinale a alternativa em conformidade com o Código de Processo Civil:

- a) Allan está na empresa em que trabalha e, por isso, não poderá ser citado.
- b) Bruno, militar em serviço ativo, deverá ser citado sempre na unidade em que estiver servido.
- c) Camila está muito abalada com o falecimento de seu cônjuge há 5 (cinco) dias e, por isso, não poderá ser citada.
- d) Daniela está no 5º (quinto) dia de lua-de-mel com David e não será citada.

### Questão 56

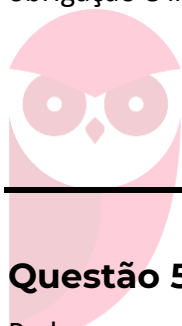
A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa que apresenta corretamente a atribuição do valor da causa:

- a) Emília, autora na ação de alimentos, somou as doze prestações mensais pleiteadas.
- b) Fernando, autor numa ação de cobrança de dívida, atribuiu à causa o valor da dívida, monetariamente corrigida, dos juros de mora vencidos, mas não incluiu as penalidades no somatório.
- c) Gabriela, em uma ação com pedidos alternativos, atribuiu à causa o valor do somatório dos pedidos.
- d) Humberto atribuiu à causa o valor do pedido principal e do pedido subsidiário.

### Questão 57

Moisés, sem qualquer acordo prévio com Milton, elevou o muro que delimita suas casas e, aproveitando a reforma, instalou cerca elétrica em todo o terreno de sua residência. Milton, que nunca simpatizou muito com o vizinho, valeu-se da oportunidade para ajuizar ação obrigação de fazer para que Moisés retire a cerca do muro em comum e, para surpresa do réu, o pedido foi deferido. Quanto ao cumprimento de sentença, pode-se afirmar que:

- a) O juiz poderá, apenas a requerimento de Milton, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.
- b) O Código de Processo Civil apresenta um rol exemplificativo de medidas que podem ser determinadas, a exemplo da imposição de multa, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras, mas não poderá requisitar o auxílio de força policial.
- c) Caso Moisés, injustificadamente descumprir a ordem judicial, incidirá nas penas de litigância de má-fé, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.
- d) Caso o juiz opte pela imposição de multa, esta deverá ser suficiente e compatível com a obrigação e incidirá desde a prolação da sentença até o cumprimento da decisão.



# Estratégia

**DIREITO PENAL**

---

**Cristiano Rodrigues**

### Questão 58

Pedro, se aproveitando do horário de saída de uma escola, e mediante emprego de grave ameaça com uma faca, conduz Roberta, menor de 15 anos de idade, para um terreno baldio onde pratica com ela conjunção carnal forçada, fugindo em seguida. Acontece que na semana seguinte volta ao mesmo local e no mesmo horário realizado o mesmo fato contra Daniela, jovem de 16 anos.

Três dias depois deste segundo ato, é publicada uma lei que aumenta a pena do estupro praticado contra vítimas maiores de 14 e menores de 18 anos. Na semana seguinte, aproveitando-se das mesmas condições, Pedro volta ao local e realiza mais um estupro dessa vez contra Luciana de 17 anos, porém, logo em seguida, é preso em flagrante pela polícia.

De acordo com o entendimento sumulado pelo STF, marque a alternativa correta:

- a) Pedro responde pelos estupros sem o aumento de pena em face da irretroatividade
- b) Pedro responde pelos dois primeiros atos sem o aumento de pena, e pelo terceiro crime com a pena aumentada em face da nova lei
- c) Pedro responde por todos os estupros em concurso com o aumento de pena da nova lei
- d) Pedro terá a pena dos estupros somadas mas o aumento de pena incidirá separadamente em cada crime praticado.

### Questão 59

Felipe resolve matar seu sobrinho Jose, criança de doze anos de idade que brincava no play do prédio em que mora. Para executar seu plano, Felipe se posiciona com sua arma na janela de sua residência, que dá de frente para o referido local. Ao proferir o disparo, com dolo de matar a criança, acaba acertando o tiro na cabeça de Vanderleia babá de uma outra criança que brincava ali naquele momento, causando sua morte.

Descobertos os fatos, Felipe deve responder:

- a) por homicídio doloso em sua forma simples, sem incidência de causa especial de aumento de pena referente a idade da criança.
- b) por homicídio doloso agravado pela idade da vítima e ainda aumentado pela causa especial de aumento de pena presente no art. 121 par. 4º do CP.
- c) homicídio culposo, pela morte do adulto atingido.
- d) homicídio doloso apenas com a pena aumentada pela idade da vítima visada.

### Questão 60

Tatiana é médica pediatra que está trabalhando em um hospital estadual em regime de plantão. De acordo com a escala de trabalho divulgada no início do mês, Tatiana é a única médica no plantão daquela noite, no dia 5 de janeiro, iniciando às 23h deste dia, até as 23hs no dia seguinte. Contudo, depois de passar toda a noite do dia 5 sem nada para fazer, Tatiana resolve sair do hospital um pouco mais cedo para participar da comemoração do aniversário de sua irmã Claudia. Quando se preparava para deixar o hospital às 18h do dia 6 de janeiro, Tatiana é surpreendida pela chegada de Pedro, com apenas 09 anos de idade, precisando de socorro médico imediato. Tatiana percebe que Pedro encontra-se em estado grave, mesmo assim decide deixar o hospital, acreditando que Roberto, médico plantonista que a substituiria às 23hs chegaria a qualquer momento, já que ele tinha o hábito de se apresentar no plantão sempre com algumas horas de antecedência. Contudo, naquele dia, Roberto chega ao hospital no horário certo (às 23h), porque estava atendendo até tarde em seu consultório particular. Infelizmente, Pedro morre em decorrência de ter ficado sem atendimento muitas horas.

Qual (is) crime (s) praticaram Tatiana e Roberto, respectivamente?

- a) Homicídio culposo e homicídio culposo.
- b) Omissão de socorro e omissão de socorro.
- c) Homicídio doloso e nenhum crime.
- d) Homicídio doloso e homicídio culposo.

### Questão 61

A Teoria do Domínio do Fato, vem sendo adotada pelo STF em nosso ordenamento jurídico como base para delimitação da autoria, coautoria e participação. De acordo com esta referida teoria pode-se afirmar que:

- a) entende como autores todos aqueles que intervenham no processo causal de realização do tipo, independentemente da importância que a sua colaboração possua dentro da totalidade do fato, questão que só tem interesse no momento da fixação da pena.
- b) entende como autor quem domina a realização do fato, quem tem poder sobre ele, bem como quem tem poder sobre a vontade alheia; partícipe é quem não domina a realização do fato, mas contribui de qualquer modo para ele.
- c) é aceita pelos doutrinadores nacionais embora não seja aceita pela jurisprudência.
- d) não tem aplicação prática no direito penal brasileiro.

### Questão 62

Com relação aos princípios fundamentais de direito penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os crimes praticados na vigência das leis temporárias, quando criadas por estas, não se sujeitam aos efeitos da abolitio criminis em razão do término de sua vigência.
- II. Os crimes praticados na vigência das leis temporárias, quando criadas por estas, se sujeitam aos efeitos da abolitio criminis em razão do término de sua vigência.
- III. A criação de novo tipo penal incriminador, em certos casos emergenciais, poderá ser realizada por meio de medida provisória, sem que haja ofensa ao princípio da reserva legal.

**Assinale a alternativa correta:**

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se somente a afirmativa II estiver correta.
- d) se somente afirmativa I estiver correta.

**Questão 63**

Sentindo-se acuado por um cão de grande porte, e não tendo para onde fugir, o policial militar Gustavo matou o animal com único disparo de arma de fogo. Ocorre que o cão pertencia a Daniel, era manso e, em busca de brincadeira, invadiu a praça na qual se encontrava Gustavo, que estava de serviço. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que, de acordo com o Código Penal, a conduta de Gustavo:

- a) não configurou infração penal punível, em razão de exclusão da ilicitude por legítima defesa real própria.
- b) não configurou infração penal punível, em razão de legítima defesa putativa pelo erro de proibição.
- c) configurou crime de dano doloso contra o patrimônio de Daniel.
- d) não configurou infração penal punível, em razão do erro de tipo permissivo.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Ivan Marques

**Questão 64**

Após a aprovação de uma nova lei processual, o magistrado aplicou a *novatio legis* mesmo sendo totalmente prejudicial ao réu. A nova lei eliminou uma das etapas do procedimento comum ordinário, fragilizando a defesa em geral. Como o rito especial a que o réu está sujeito não recebeu alteração direta, o juiz, valendo-se da analogia, mesmo que *in malam partem*, aplicou a restrição também para o rito especial. Diante dessa situação de aplicação analógica, nos exatos termos do Código de Processo Penal, podemos afirmar que o magistrado

- a) Errou, pois não se admite no direito processual penal a aplicação analógica para piorar a situação do réu.
- b) Acertou, pois é admitida, no direito processual penal, a aplicação analógica, mesmo para piorar a situação do réu.
- c) Errou, pois a lei processual penal só poderá ser aplicada a processos futuros.
- d) Acertou, pois qualquer lei, penal ou processual, admite a aplicação da analogia *in malam partem*.

### Questão 65

Após regular investigação e processamento, Marcos foi condenado à pena privativa de liberdade de 500 dias-multa, totalizando meio milhão de reais. Desesperado por não ter esse dinheiro, impetra, de próprio punho, ação de *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça de seu Estado. Diante da distribuição dessa ação de *habeas corpus* ao desembargador relator, deverá o Tribunal:

- a) Conhecer do *habeas corpus*, mas negar provimento, diante da impossibilidade da pena de multa atingir a liberdade do réu.
- b) Conhecer do *habeas corpus* e conceder a ordem, pois uma multa elevada para um preso sem condições financeiras é ilegal e abusiva.
- c) Não conhecer a ação de *habeas corpus* pela inadmissibilidade para réus que respondem ao processo em liberdade.
- d) Não conhecer a ação de *habeas corpus*, pela inadmissibilidade contra dosimetria de pena de multa.

### Questão 66

Qual dos crimes abaixo não admite a requisição direta de dados e informações cadastrais pelo delegado de polícia ou Ministério Público para órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada;

- a) Tráfico de pessoas.
- b) Redução à condição análoga de escravo.
- c) Ameaça por carta.
- d) Extorsão mediante sequestro.

### Questão 67

Após o sorteio da lista geral anual, do sorteio dos 25 jurados para as sessões do Júri daquele período e do sorteio dos 7 jurados no dia do julgamento, Pedro e Paulo, que já foram cunhados enquanto Pedro fora casado com a irmã de Paulo, passam a integrar o mesmo conselho de sentença no júri. Após ser informado dessa situação por seu estagiário que estava olhando as redes sociais, o advogado pede a palavra ao juiz-presidente do Júri e apresenta o problema, dizendo que os ex-cunhados estavam impedidos de participar do mesmo conselho de sentença. Avalie a atuação do colega de advocacia perante essa situação:

- a) Errou o advogado, pois não se pode opor impedimento e suspeição de jurados.
- b) Agiu de forma errada o advogado, pois o impedimento entre cunhados só perdura durante o cunhadio.
- c) Acertou o advogado, pois cunhados, mesmo após o cunhadio, estão impedidos por lei de integrar o mesmo conselho de sentença.
- d) Acertou o colega da advocacia, pois é dever do advogado brigar pelos interesses do cliente, mesmo sem previsão legal.



### Questão 68

Jonas foi flagrado pela polícia militar fumando um cigarro de maconha. Recebeu voz de prisão em flagrante, foi conduzido ao distrito policial e, antes de ser liberado, assinou termo circunstanciado e se comprometeu a comparecer ao Juizado Especial Criminal quando for notificado. Em audiência preliminar, recebeu e aceitou proposta de transação penal de pagar 5 (cinco) cestas básicas, imediatamente homologada pelo juiz do JECRIM. A decisão que homologou o acordo de transação penal transitou em julgado. Entretanto, Jonas, ao invés de comprar e entregar as cestas básicas, usou o dinheiro que estava destinado para a compra das cestas básicas para comprar mais maconha. Diante do não cumprimento de sua parte no acordo de transação penal, o Ministério Público

- a) poderá pedir a prisão preventiva do suspeito pelo descumprimento do acordo.
- b) deverá oferecer denúncia normalmente, ignorando a coisa julgada.
- c) requisitará a instauração de novo inquérito policial porque descumprir voluntariamente transação penal caracteriza o delito de desobediência.
- d) nada poderá fazer diante da coisa julgada da decisão que homologou o acordo de transação penal.

### Questão 69

Em calorosa discussão nos bancos da faculdade, Luigi e Mário possuem opinião muito diferente a respeito de quais recursos admitem ou não admitem o juízo de retratação (efeito regressivo). Para ajudá-los a resolver o impasse, elaboram uma lista com alguns recursos e perguntam a você a respeito do tema. Para ajudá-los, você responde que o único recurso da lista que não admite juízo de retratação é

- a) Apelação
- b) Recurso em sentido estrito
- c) Carta testemunhável
- d) Agravo em execução

**DIREITO DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 70**

A empresa de confecção “Malha Boa” estava passando por dificuldades financeiras. Por esta razão demitiu 8 (oito) de seus 20 (vinte) funcionários, sem arcar com os direitos trabalhistas rescisórios dos mesmos. Três (03) dias após estas demissões, a empresa foi vendida a um grande grupo industrial do ramo de tecidos. No ato da compra, o novo empregador demitiu mais 2 (dois) funcionários do quadro antigo, manteve 10 (dez) e contratou outros 15 (quinze) novos funcionários. O novo empregador, manteve ainda, o maquinário antigo, comprou novas máquinas e mudou a razão social da empresa.

- a) Os créditos trabalhistas devidos aos 02 (dois) funcionários demitidos no ato da compra da empresa, são de responsabilidade do antigo empregador, pois aquele que comprou a empresa não tem obrigação de manter os empregados antigos.
- b) Os créditos trabalhistas devidos aos primeiros 08 (oito) funcionários demitidos são de responsabilidade do antigo empregador, enquanto cabe à empresa sucessora somente os créditos trabalhistas dos outros 02 (dois) funcionários que ela própria demitiu.
- c) Os créditos trabalhistas devidos aos 08 (oito) funcionários demitidos antes da sucessão, bem como os devidos aos 02 (dois) funcionários demitidos no ato da compra da empresa serão de responsabilidade exclusiva do antigo empregador.
- d) Os créditos trabalhistas devidos aos 08 (oito) funcionários demitidos antes da sucessão, bem como os devidos aos 02 (dois) funcionários demitidos no ato da compra da empresa serão de responsabilidade da empresa sucessora.

**Questão 71**

A Sra. Jô, passadeira de roupas de extrema confiança da família de Dona Sônia, trabalhava como diarista, quatro vezes por semana, de 8h às 18h, na residência desta última. A prestação dos serviços vinha desde a época em que Dona Sônia se casou com o Sr. Eustáquio. Após o falecimento do marido, Dona Sônia teve que trabalhar. Como era uma costureira de mão cheia passou a atender suas clientes em casa até se tornar uma dona de confecção. A Sra. Jô, na intenção de contribuir na labuta da patroa, nos seus dias de trabalho, também pregava botões nas roupas encomendadas, fazia bainha nas calças que iam ser entregues aos compradores, passava, sempre primorosamente, todas as roupas da casa e da confecção. Dona Sônia também ajudava a Sra. Jô, dando a ela dinheiro para condução e lanches.

Em relação ao enunciado acima, indique a assertiva correta:

- a) A Sra. Jô, contratada corretamente como diarista, tem direito a receber da Dona Sônia, além da remuneração dos dias, parte do produto da venda de sua confecção porque trabalhava como passadeira e até costureira para a confecção da patroa.

- b) A Sra. Jô não pode ser considerada trabalhadora doméstica porque seu trabalho apesar de não ser eventual, não estava adstrito à residência de Dona Sônia que, por sua vez, desenvolvia atividade lucrativa.
- c) A Sra. Jô tem relação de emprego com a confecção de Dona Sônia, porque seu trabalho vinculado à mesma não era eventual, tendo ainda relação doméstica com Dona Sônia.
- d) A Sra. Jô não tem relação de emprego nem com a confecção nem com a Dona Sonia. Seu trabalho é de diarista e sua participação na atividade da confecção de Dona Sônia foi por sua vontade própria, fruto da amizade tão antiga.

### Questão 72

Cristiano Rodrigues cometeu delito tipificado pelo Código Penal brasileiro e sofreu condenação em primeira instância. Seu advogado apresentou recurso cabível tempestivamente, porém, ainda não houve julgamento. Diante desta situação, seu contrato individual de trabalho por prazo determinado

- a) não sofrerá qualquer alteração.
- b) poderá ser rescindido por justa causa obreira.
- c) será suspenso.
- d) será interrompido.

### Questão 73

Vanessa Arnys já trabalha para sua empregadora há mais de 1 ano, durante este período, por problemas pessoais injustificáveis faltou por 14 dias ao serviço; ocorre que ante o tempo de seu labor, sua empregadora obedecendo as regras da Consolidação das Leis Trabalhistas deu-lhe férias. Assim, assinale a alternativa correta quanto a quantidade de dias que deveria a empregadora dar de férias à Vanessa com base na CLT:

- a) 30 dias corridos, pois todo empregado tem direito anualmente ao gozo de férias.
- b) 18 dias corridos, ante os 14 dias de faltas.
- c) 12 dias de corridos, ante os 14 dias de faltas.
- d) 24 dias corridos, ante os 14 dias de faltas.

**Questão 74**

Uma empresa fabricante de fogos de artifício, sediada na cidade de São Paulo/SP, abriu uma fábrica no município de Timbó/SC. Poucas semanas após a inauguração da nova fábrica, uma explosão, ocorrida no horário no qual a produção estava em plena atividade, ceifou a vida de dezenas de trabalhadores e mutilou outras dezenas. Posteriormente, ficou demonstrado que a empresa pouco ou nada fez para minimizar os danos sofridos por seus empregados e também que a explosão foi gerada pelo desrespeito às normas mínimas de segurança por parte da empregadora. Com base na narrativa acima e considerando as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) na CLT, assinale a alternativa correta:

- a) A reparação por danos extrapatrimoniais não pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais, devendo cada parte ofendida propor ações separadas para cada pedido.
- b) Se julgar procedente o pedido de indenização por danos patrimoniais, o juízo fixará a indenização a ser paga no montante de até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, caso a ofensa seja considerada gravíssima
- c) Se julgar procedente o pedido de indenização por danos extrapatrimoniais, o juízo fixará a indenização a ser paga no montante de até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, independentemente da gravidade da ofensa.
- d) Se julgar procedente o pedido de indenização por danos extrapatrimoniais, o juízo fixará a indenização a ser paga no montante de até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido, caso a ofensa seja considerada gravíssima.

**Questão 75**

Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação do empregado público, Igor Maciel, após a edição da Constituição Federal de 1988, e sem a aprovação prévia em concurso público

- a) não tem relevância jurídica desde que empregado e empregador estejam de boa-fé.
- b) assegura todos os direitos trabalhistas ao servidor contratado, desde que esteja de boa-fé.
- c) não assegura qualquer direito trabalhista ao servidor contratado.
- d) é nula, mas assegura ao trabalhador os salários referentes ao número de horas trabalhadas e respectivos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 76**

Em reclamação trabalhista promovida por Maria do Céu, beneficiária da justiça gratuita, houve a realização de perícia técnica para verificação da exposição da reclamante a agentes insalubres e a referida perícia foi negativa, de modo que em sentença o Juízo julgou improcedente o pedido de adicional de insalubridade e condenou a reclamante ao pagamento dos honorários periciais. A partir dessa assertiva, com relação aos honorários periciais, é correto afirmar que são devidos pela

- a) União, de forma solidária, vez que a reclamante é beneficiária da justiça gratuita.
- b) Reclamante, sem possibilidade de parcelamento, vez que é beneficiária da justiça gratuita.
- c) União, mesmo que a outros créditos deferidos à Reclamante, sejam suficientes para suportar o pagamento.
- d) Reclamante, vez que foi sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita.

**Questão 77**

Marlene, trabalhou na qualidade de empregada da empresa “ZAZ Ltda.” por quinze meses e foi dispensada sem justa causa e pretende ajuizar reclamação trabalhista para obter seus direitos trabalhistas que lhe foram negados durante o contrato de trabalho. Marlene consultou advogado e indagou quanto o mesmo cobraria a título de honorários advocatícios. Diante do valor dos honorários, Marlene decidiu ajuizar sozinha a reclamação. Assim, apresentou reclamação trabalhista verbal. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a reclamação trabalhista verbal

- a) é distribuída antes da sua redução a termo e uma vez distribuída a reclamante deverá apresentar-se em quinze dias à secretaria da Vara.
- b) somente é permitida na Justiça do Trabalho para reclamações que não ultrapassem o valor de vinte salários mínimos.
- c) é distribuída após a sua redução a termo, devendo a reclamante apresentar-se em cinco dias à secretaria da Vara.
- d) é distribuída antes da sua redução a termo e uma vez distribuída a reclamante deverá apresentar-se em cinco dias à secretaria da Vara.

### Questão 78

A empresa Banco do Bem verificou que determinada ação trabalhista foi distribuída perante o Juízo Trabalhista da localidade em que o Reclamante residia e não da localidade em que efetivamente prestava serviços. Diante desse quadro, o advogado da empresa deve apresentar

- a) exceção de incompetência territorial, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, antes da audiência e em peça processual específica.
- b) exceção de incompetência territorial, no prazo de 8 (oito) dias contados da notificação, antes da audiência e em peça processual específica.
- c) exceção de incompetência territorial, como preliminar da contestação, em audiência.
- d) exceção de incompetência territorial, no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação, antes da audiência e em peça processual específica.

### Questão 79

Cecília Ferreira postula o pagamento de horas extras, afirmando que excedia a jornada de trabalho. Em defesa, a ex-empregadora de Cecilia nega a jornada articulada na peça póstica e apresenta controles de ponto nos quais se verifica que a jornada foi anotada e assinada em todos os dias como sendo das 10:00 às 19:00 horas, com intervalo de 1 hora, sem variação. Diante da situação apresentada e do entendimento consolidado pelo TST acerca da distribuição do ônus da prova, é correto afirmar que:

- a) se os controles estão assinados, isso é suficiente para conferir-lhes credibilidade, de modo que o ônus de provar a jornada é da reclamante;
- b) a solução para o caso é a aplicação da pena de confissão em desfavor da reclamada, considerando-se de plano a jornada dita na inicial como verdadeira, sem necessidade de outras provas;
- c) a presunção de veracidade da jornada anotada nos controles é absoluta, de modo que o juiz deve receber aqueles horários como fidedignos e indeferir outras provas;
- d) os controles serão reputados inválidos, transferindo-se o ônus da prova para o empregador, que deverá provar que a anotação neles feita é verdadeira, sob pena de acolher-se a jornada da inicial.

**Questão 80**

Larissa ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa “SAX Ltda”. A referida reclamação foi julgada procedente e a empresa condenada ao pagamento de R\$ 20.000,00. A reclamada interpôs recurso ordinário, mas deixou de recolher as custas processuais pertinentes. O M.M juiz a quo, em seu juízo de admissibilidade, negou seguimento ao referido recurso. Neste caso:

- a) a empresa deverá interpor Recurso de Revista que será julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- b) a empresa deverá interpor Embargos que será julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- c) a empresa deverá interpor Agravo de Instrumento que será julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho competente.
- d) a empresa deverá interpor Agravo de Petição que será julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho competente.



# Estratégia

OAB

## ***Conheça nossos cursos:***

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>



# Estratégia

OAB

## ***Conheça nosso Sistema de Questões!***

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>